



Ativismo negro: afirmação étnica e a reprodução do racismo na mídia¹

Vanessa de Oliveira²

Veneza Mayora Ronsini³

Resumo

Este trabalho procura entender as ligações do movimento negro brasileiro com a mídia, considerando que estas ligações tenham, por parte do movimento, o objetivo final de afirmação étnica. Devemos atentar aqui, para a atividade discursiva, das ideologias, especialmente aquelas produzidas pelo movimento social, em que a etnia serve como um código, uma linguagem social, capaz de orientar os agentes em uma situação interétnica.

Palavras-chave: mídia, etnia e movimento social negro

Introdução

Este trabalho procura entender as ligações do movimento negro brasileiro com a mídia, considerando que estas ligações tenham, por parte do movimento, o objetivo final de afirmação étnica. Do mesmo modo, também levamos em consideração a visão de autores como Muniz Sodré (1999), de que ao contrário do que se possa pensar, é exacerbada a discriminação étnica propagada pelos meios de comunicação. Para o autor são como não-imagens, uma alusão ao personagem de Drácula, ou seja, "o personagem não se vê refletido no espelho".

Foram os grupos organizados sob a denominação de movimentos sociais negros que protagonizaram uma história de exigências como cidadania e igualdade para esta grande parcela da população marginalizada. A militância negra sempre teve sua atenção voltada para a mídia. Um dos exemplos pode ser explicitado pela atitude do Movimento

¹ Trabalho apresentado ao GT de Práticas Sociais de Comunicação, do VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul;

² Mestranda em Comunicação Midiática, da linha Mídia e Identidades, da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Comunicação Social, hab. Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria.

³ Professora na Faculdade de Comunicação Social e do Mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Doutora em Sociologia pela FFLCH da USP, com bolsa-sanduíche na University of California, LA, USA.



Negro Unificado no ano de 1978, quando este apresentou propostas (de inclusão dos negros na programação) com relação aos meios de comunicação. Araújo (2000) aponta que ações como essa já vinham ocorrendo anteriormente, pois na década de 60, a lei de número 4.117, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, já coibia a prática de racismo nos meios de comunicação, prevendo pena para os infratores e a cassação do alvará de funcionamento das empresas.

A razão da militância negra na atualidade exprime a insatisfação com os meios de comunicação de massa brasileiros e, conforme a análise⁴ feita por Conceição, nas raras vezes em que a temática negra é abordada, os meios não deixam de (2005, p. 26), "abrir mão do discurso social hegemônico e, se põem, em ocasiões especiais marcadas por grandes efemérides, a considerar os grupos discriminados como valor de uso, troca e consumo".

Foi nos anos 90 que, amparada por pesquisas mercadológicas sobre o público consumidor negro, como "*Qual é o pente que te penteia - o perfil do consumidor negro brasileiro*", que a mídia percebeu que este grupo poderia atrair bons investimentos. Realizada em 20 estados do nosso país, a pesquisa revelou que os negros integram 1,7 milhão de famílias com elevado nível de escolaridade, 45% têm o colegial completo e 34% têm o curso superior concluído, e sua renda familiar é de aproximadamente dois mil dólares mensais. A partir de revelações sobre o público negro e com o surgimento de novos veículos de linha editorial específica, surgiram produtos destinados para esse público, entre eles a revista Raça Brasil⁵.

Definimos portanto, o espaço midiático como sendo o *locus* onde se desenvolve parte significativa das relações étnicas/raciais brasileiras. Devemos atentar aqui, para a atividade discursiva, das ideologias, especialmente aquelas produzidas pelo movimento social, em que a etnia serve como um código, uma linguagem social, capaz de orientar os agentes na situação interétnica.

"A mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual

⁴ A análise feita abordou o projeto de cobertura da Folha de São Paulo, sobre os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

⁵ A revista Raça Brasil foi lançada em setembro de 1996 e nomeava-se a "revista dos negros brasileiros". Teve sucesso de venda e marketing no primeiro ano de circulação, chegando a alcançar a tiragem de 200 mil exemplares. A Raça Brasil não foi a única revista voltada para o segmento afrobrasileiro surgida na década de 90, mas a melhor sucedida. Na mesma época também circulava a revista Black People, que já lançava seu quinto número quando a Raça entrou para o mercado. Esta revista chegou a ter circulação nacional de 50mil exemplares, mas diferente da revista Raça Brasil, a cobertura e linha editorial seguidas eram mais próximas ao discurso do movimento negro (Conceição, 2005, p.135-138).



elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele." (Sodré, 1999, p.243)

A identidade étnica negra

A construção das identidades gera “processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, gênero ou grupo étnico” (Ronsini, 2003, p.07). Assim, a identidade se constitui em função de um grupo que permite ao sujeito sua inserção num conjunto social, mas também que depende das performances individuais do mesmo sujeito no interior da realidade vivida.

Os meios de comunicação ocupam papel importante na discussão sobre identidades, uma vez que eles disseminam, reforçam, constroem e desconstroem as representações hegemônicas em dado momento, apresentando novas identidades, remodelando outras, oferecendo mapas classificatórios pelos quais nos guiamos na interpretação e constituição de nossas próprias identidades e das identidades alheias.

A formação identitária da nação brasileira - sendo o Brasil um país multiétnico e pluricultural - é que vem a tona, numa discussão de interesse principalmente de movimentos sociais e de representantes das minorias. Ao tocarmos no assunto da organização de movimentos sociais negros privilegiamos, em nosso trabalho, o estudo da identidade étnica.

Essa identidade torna-se um marco de referência, de modo que contamina todas as relações sociais contidas em um sistema interétnico, que condiciona as representações e ideologias assumidas pelos grupos étnicos, determinando sua estrutura e desenvolvimento. Aqui, ele serve também para pensar a mídia. Tomando como pressuposto de que mídia é instância de consagração das identidades culturais, passamos a abordagem de sua relação com as identidades étnicas. O estudo não se esgota na identidade étnica mas a transcende, indo focalizar o contexto gerador dessa identidade que é o sistema interétnico e as articulações que suscita.

Temos então, que a mídia engloba, mas também é um componente do sistema interétnico, capaz de atuar na afirmação ou negação da identidade étnica, pois o mundo social mediado pelos meios de comunicação "atribui status de valor concreto àquilo que tais meios incorporam e distribuem para o consumo público" (Conceição, p.21,2005).

Partimos de representações construídas e veiculadas pela mídia que nos dão pistas para compreender como se produzem as identidades. As representações são entendidas como resultados de práticas discursivas, produtos de convenções sociais, de



articulação da linguagem, que não é apenas um meio transparente a partir do qual a realidade é refletida. Hall(2001) ressalta que os meios de comunicação são agentes significantes, produtores de sentido que não apenas reproduzem a realidade, mas também a definem.

Estudar as representações e as percepções acerca de um grupo social compreende pensar sobre construções que comumente são determinadas pelos interesses daqueles que as constroem, levando-se em conta que a linguagem é fruto de um processo de lutas pelo poder no qual as identidades são construídas. Isto significa que, ao refletir sobre o domínio do simbólico, estamos, conseqüentemente, referindo-nos ao domínio do político, do social.

Diante das representações midiáticas, problematizamos suas contradições, considerando que os discursos produzidos pela mídia não se restringem a espelhar uma suposta realidade preexistente, mas contribuem para a construção de aspectos das identidades dos atores sociais. Ao analisarmos, então, as representações sobre os negros, podemos avaliar em que medida os espaços sociais por ela ocupados estão sendo estereotipados, além de observar sua representação como parte integrante sociedade abrangente ou algo que está simbolicamente (e, porque não, efetivamente) à margem desta.

Outro ponto que devemos esclarecer são as significações suscitadas pelos conceitos de raça e etnia, suas semelhanças e diferenças. Stuart Hall utiliza-se do exemplo da diáspora dos afro-caribenhos, e da "racialização" em diversas esferas da vida dos britânicos. A crescente visibilidade de suas comunidades étnicas e os movimentos por governos regionais mais autônomos questionam "a pretensa homogeneidade britânica e o ser inglês enquanto etnia. (...) Claro que o britânico enquanto categoria sempre foi racializado" (2003, p. 78), não deixando de lado seu sinônimo correspondente: branquitude.

"Conceitualmente, a categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis à "raça" numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, ou seja, da natureza" (Hall, 2003, p. 69).



O que é genético não é exatamente visível, mas quando se trata de distinção, as diferenças são materializadas como a cor da pele, cabelos e outras diferenças físicas. Já a etnia faz parte de um discurso em que a diferença é fundada sobre características culturais e religiosas e, nestes termos, se contrapõe à raça.

Além das distinções entre os conceitos, há interposições. Um significante como a cor da pele, também pode ser utilizado para conotar diferenças sociais e culturais. Da mesma forma, os excluídos por razões étnicas (os culturalmente diferentes) são também caracterizados em termos físicos. "O referente biológico nunca opera isoladamente (...) Quanto maior a relevância da etnicidade, mais as características são representadas como relativamente fixas, inerentes ao grupo" (2003, p. 71). Os discursos de raça e etnia compõe, então, o que Hall denomina "cadeia de equivalências", ou seja, uma articulação entre características socioculturais e biológicas.

E apesar da operacionalidade do conceito de raça ser falha na concepção dos geneticistas (Conceição, 2005, p. 34), ele pode ser adotado em sua dimensão sócio-política. Se geneticamente é impossível classificar as pessoas de acordo com a racialidade - pois uma pessoa branca pode ter genes dos povos negros que vieram para o Brasil -, no senso comum esta classificação continua sendo adotada.

"O termo raça emerge como significante investido de um potencial de revitalização simbólica da subjetividade negra, como algo capaz de levar à superação do estigma étnico. Semióticamente, invertem-se os sinais: o que é conotado como negativo pela consciência discriminadora transvaloriza-se positivamente pela consciência discriminada. Por isso, em tom exaltativo, os negros referem-se a si próprios, ao que desejam valorizar, como da "raça". Mas esta "raça" é semiotizada como essencialmente brasileira e com valores ocidentais - as origens africanas são recalcadas (Sodré, 1999, p. 241).

Já a noção de etnia começa a se impor a partir de estudos mais sistemáticos relativos à incorporação de grupos minoritários em sociedades mais amplas que lhe são envolventes. (Cardoso de Oliveira, 1976, p.85). A visão estabelecida sobre etnia ganha, de certa maneira, lugar no debate brasileiro, especialmente na esfera jurídica, quando é promulgada a Constituição de 1988, em que as comunidades negras passam a ser sujeitos de direitos, relativos à identidade étnica. Os negros tiveram de ser amparados legalmente para que assim pudessem ser reconhecidos como cidadãos.

É dessa forma que, no cenário encontrado em nosso país, a etnicidade passa a ser um importante fator na consolidação da identidade negra. Ela é pensada como uma forma de organização social, onde os grupos étnicos se valem de um conjunto de



representações culturais, construídas em contextos específicos, para marcar sua distinção diante de outros grupos do contexto maior em que se situam e para reforçar a organização e a solidariedade do grupo. A categoria étnica é uma representação coletiva, partilhada, de forma que suas percepções podem se tornar a base de entendimentos que regem as relações sociais. Na citação de Brandão, entende-se a necessidade de analisar as relações interétnicas pois "sempre entre eu e você, entre nós e o outro será preciso compreender e explicar a razão da diferença, seu sentido e as suas transformações" (1986, p.164).

O Movimento Negro é um exemplo de organização que luta, não pela defesa de uma pretensa pureza, mas pelo fim das desigualdades encobertas sob a denominação de "democracia racial". A etnicidade como bandeira de luta se torna "uma construção social no tempo, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação cultural e a reivindicação política e que tem como referência última não apenas os outros, mas também o Estado/ Nação no qual o grupo étnico (portador de tal reivindicação) está inserido" (Brandão, 1986, p,148).

"As ideologias étnicas, exprimam elas movimentos sociais reformistas, separatistas ou messiânicos, remetem-nos todas a um estado crítico, de crise, do grupo ou dos grupos sociais envolvidos. (...) A identidade étnica, como uma ideologia altamente etnocêntrica, torna-se de tal forma um marco de referência, de modo a contaminar todas as relações sociais contidas nos sistema interétnico e, por consequência, o comportamento dos agentes nele inseridos que, por sua vez, ganha grande visibilidade nestas situações de crise, a ponto de permitir uma apreensão privilegiada de etnia, como foco substantivo de análise (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 101).

Da Frente Negra Brasileira ao Movimento Negro Unificado

No Brasil, o contexto cultural é que influenciou as relações raciais⁶. A diferença em relação a outros países foi significativa, pois na era colonial a presença de afrobrasileiros era intensa, constituindo a maioria da população. Somente no século XIX que esta porcentagem reduziu, chegando a contabilizar 50% da população total do país. Gilberto Freire foi um dos escritores que viram neste fato a razão dos europeus, pertencentes a elite brasileira, não afirmarem o preconceito que opunha brancos e

⁶ Embora o movimento negro se organize em torno do termo raça, em nosso texto trabalhamos com definições de etnia e etnicidade e suas correlativas. O termo "raça" é por nós algumas vezes mencionado simplesmente em sua dimensão política, em sua categoria discursiva conforme Hall (2001) e quando falamos dos movimentos sociais este termos está ligado ao caráter biológico ao qual pode se associar.



negros. No século XX esse pensamento continuava em vigência, mas ganhou nova roupagem sendo reconhecido como "democracia racial".

O mito da igualdade racial no Brasil foi questionado desde a década de 30, mas foi em 70 que pequenos grupos de militantes afrobrasileiros fundaram organizações que tinham como principal objetivo desmentir a suposta "democracia" e rever as relações raciais que se davam no país. Uma das primeiras medidas tomadas foi nomear como herói Zumbi dos Palmares. Foi ele que guiou a comunidade de escravos no século XVII, que resistiu ao ataque de portugueses por quase um século. Conceição (2005) sugere que este símbolo é que criou uma espécie de orgulho entre os afrobrasileiros. Zumbi dos Palmares foi um herói recuperado da história para estampar o espaço da grande mídia, por obra quase que exclusiva do movimento negro e de alguns intelectuais. O que até os anos 70 era praticamente desconhecido, passa a ser um mito reconhecido até mesmo pelas classes dirigentes.

Mas foi só a partir da segunda metade da década de 90 que a mídia brasileira deu espaço aos "descendentes de Zumbi" dando visibilidade à agenda do movimento, bem como às comemorações que a data dos trezentos anos da morte do Zumbi dos Palmares requeria. Também o Estado passou a ser solidário às propostas do movimento negro.

O Movimento Negro tornou-se enunciador de um discurso-enunciado que projeta os atores desse discurso e suas coordenadas espaço-temporais. Tal discurso confronta os enunciados produzidos por outros grupos econômico-sociais em busca de verdades absolutas. Ao discurso ideológico hegemônico das classes dirigentes pretensamente "brancas", se contrapôs o discurso de setores dos grupos subalternos"(Conceição, 2005, p.24).

A organização de um movimento social negro iniciou em 1930 na luta pela democracia racial, e foi recriada em 1970 reivindicando o orgulho racial como modo de se opor à opressão. Ambos tinham como princípio o programa de combate à discriminação racial e de integração do negro à sociedade de classes.

De 1930 para cá surge a Frente Negra Brasileira (FNB), organização étnica que "cultivava valores comunitários específicos, mas cuja forma de recrutamento e identificação era baseada na cor ou raça, e não na cultura ou nas tradições" (Guimarães, 2002, p.87). Esta organização surgiu em São Paulo e procurava estabelecer um reconhecimento do negro brasileiro, renegando tradições e costumes africanos, que eram responsabilizados pelos estereótipos que marcavam os negros no país e os retirava do mercado de trabalho, que preferencialmente escolhia os imigrantes europeus.

Ela foi essencialmente uma organização política, que chegou a formar um partido - de direita - com características fascistas, depois extinto pelo Estado Novo. O protesto se constituía, nesta época, pela reação à entrada na estrutura social brasileira das comunidades étnicas que compunham São Paulo - italianos, portugueses, espanhóis e sírios-libaneses - e a rápida integração dessas etnias. É que os afrodescendentes continuavam, na maioria, pertencendo às classes subalternas e marginais da sociedade paulista, onde a princípio também estavam os imigrantes europeus que, no entanto, conseguiram romper com a barreira de classe. A imobilidade social dos negros brasileiros foi a justificativa para a ação de um movimento social.

O projeto de nação que veio com a redemocratização do país, construído sobre uma cultura de bases populares não ofereceu melhores condições econômicas ou sociais aos negros. Neste período, as tradições culturais de origem africana, ou que misturavam a cultura portuguesa, brasileira e africana, foram transformadas em culturas regionais como o samba, o carnaval, o candomblé a capoeira ou as congadas. A idéia de nação foi fortalecida por estes regionalismos culturais, marcados especialmente pelo cunho racial e pela "integração dos negros na sociedade de classes, ou seja, como trabalhadores brasileiros negros" (Guimarães, 2002, p. 88).

Mesmo com essa inserção na sociedade de classes, o protesto negro continuava ativo, mais forte e com novos pensamentos. A discriminação racial ficava cada vez mais problemática, os preconceitos e estereótipos continuavam a fazer parte do cotidiano dos negros e a maioria dessa população continuava marginalizada. Os que chegaram a ter ascensão social, verbalizaram pela primeira vez o problema da desigualdade.

No período da redemocratização, a organização negra não se deu em torno da política como no período anterior. A principal mobilização se dá a partir do Teatro Experimental Negro (TEN) do Rio de Janeiro. Com o objetivo inicial da inserção cultural dos atores negros, o TEN passou a ser uma agência de formação profissional, e se afinava com a política nacionalista e populista da época. Um dos seus intelectuais, Guerreiro Ramos, fala da negritude como a identidade nacional brasileira, libertando essa identidade do complexo de inferioridade deixado pela colonização portuguesa.

Os propósitos de integração do negro à sociedade nacional, resgate de sua auto-estima através de peças teatrais e concursos de beleza marcaram as atuações do TEN, tentando garantir mobilidade social de pretos, pardos e mulatos.



Como orientação política, os militantes ligados ao Teatro Experimental definiam como negros o povo brasileiro, ou seja, os destituídos de direitos civis e sociais (acesso à educação, empregos e assistência médica, etc.). Buscavam, enfim, solucionar o problema nacional de integração social, econômica e política da grande massa da população.

Sustentada tanto pela Frente Negra como pelo Teatro Experimental Negro, a postura de reconhecer que havia uma "surperposição entre ordem econômica (de classe) e ordem racial a barrar o caminho da integração dos homens de cor à modernidade luso-brasileira" (Guimarães, 2002, p. 94), se contrapunha ao discurso que prevalecia no país - que a ordem racial, já desfeita, era uma característica do período escravista, e que as diferenças entre negros e brancos deviam ser atribuídas à diferença entre classes. O pensamento do movimento social negro na época discordava dessa situação, afirmando existir mais do que uma formação de classe, uma formação racial que sofria preconceitos. Especialmente no Sul e em São Paulo, o país era branco e de democracia racial. "O problema para quem discriminava não estava na raça, mas na ausência de subalternidade do discriminado, deslocado de sua classe".

Nos anos 60 os militantes são guiados pelo ideal socialista, acentuando a luta de classes como justificativa de sua mobilização, em substituição da consciência racial. Ainda que reconhecessem o racismo brasileiro, ele era atribuído aos determinantes socioeconômicos.

Passando o período do autoritarismo que calou os movimentos sociais no país, o protesto negro retornou à cena com o Movimento Negro Unificado (MNU), ocupando uma posição de esquerda revolucionária e ideologicamente assumindo um radicalismo racial. O Movimento é influenciado (Guimarães, 2002) pela crítica de Florestan Fernandes à ordem racial de origem escravocrata mantida pela burguesia e que fazia da democracia racial um mito; pelo movimento dos negros americanos por seus direitos civis e de um nacionalismo negro; pela luta de liberação dos povos da África meridional; pelo movimento internacional de mulheres, que permitiu a militância de mulheres negras; pelo novo sindicalismo brasileiro e os movimentos sociais urbanos, que mudaram o panorama vigente no país.

O governo passa então, a patrocinar as origens africanas no Brasil, ou seja, tudo aquilo que é representado pelo termo "afrobrasileiro". Mas a busca pelas origens, representada especialmente pelo sincretismo religioso, datava de décadas anteriores e passava a ser a propulsora do discurso político negro a partir de então. A condição de



classe é deixada para trás e espelhados na luta negra norte-americana pela busca dos direitos civis, os brasileiros passam a dar importância para mobilização em torno da raça.

O discurso do movimento teve duas bases de apoio: o nacionalismo e a esquerda; e a busca pela africanidade. Essa passagem foi marcada pela afirmação de Zumbi como o símbolo da luta negra. Ao instituir a data de 20 de novembro (dia em que o líder palmarino teria sido morto em 1965) como o Dia da Consciência Negra, o MNU questiona o significado para os afrodescendentes do 13 de maio, data que registra a abolição, em 1888, da escravatura, anteriormente reservada para comemorações que tinham como símbolo máximo a figura da princesa Isabel de Orleans e Bragança.

O MNU, nos anos 80, se compunha da seguinte forma: de uma lado, lideranças "de esquerda" (universitários ligados ao PMDB); e , de outro, lideranças ligadas à resistência cultural (negros de baixa condição financeira). Uma das matrizes ideológicas que regia o movimento nesta época foi o Quilombismo, criado por Abdias Nascimento, que juntava o radicalismo cultural ao radicalismo político.

Guimarães (2002) aponta para a resistência da opinião pública em relação ao combate da discriminação e às desigualdades sociais, o que contraria o imaginário nacional que pregava a "democracia racial". O Movimento Negro Unificado e outras organizações negras fizeram da desmistificação dessa democracia a sua bandeira de lutas, afirmando que, em nosso país, o racismo faz parte das relações sociais. Por outro lado, o Movimento aprofundou sua política de identificação racial, denominando "negros" todos aqueles que tivessem qualquer ascendência africana.

Mesmo em discordância com alguns setores da sociedade, defendendo políticas públicas voltadas para população negra e contrariando interesses já consolidados, o MNU continua atuando. Ele faz parte de um grande número de organizações que surgiram nos últimos 15 anos e que lutam pelos direitos dos negros:

"As diferenças podem ser ideológicas, políticas, podem ter diferentes finalidades, mas a luta contra o racismo é vigente em todas elas. Em sua pluralidade, o movimento negro recente trouxe para a cena brasileira uma agenda que alia política de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), política de identidade (racialismo e voto étnico), política de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos civis dos negros) e política redistributiva (ações afirmativas ou compensatórias)" (Guimarães, 2002, p. 105).

Da política de afirmação racial resultaram, em vários pontos do país, grupos culturais que afirmam a identidade negra/afrobrasileira, como nos bailes black, nos



blocos afro, bailes funk e grupos de rap. Até mesmo personalidades midiáticas começaram a se identificar e ser aceitas como negras. O Movimento Negro Unificado passa então, a lutar contra as desigualdades raciais, buscando políticas públicas capazes de reverter a situação de exclusão política, social e econômica dos negros⁷.

Embora em alguns momentos de sua história o movimento negro tenha optado pela condição de classe ocupada e, não só pela defesa da raça como bandeira de luta, concordamos que, o racismo em nosso país tem duas características singulares: é "uma conjunção entre os negros definidos amplamente e a pobreza, que é tão grande que dizer que os pobres são pobres porque são negros, e não porque o país é pobre, é uma excelente estratégia de responsabilização das elites do país" (Guimarães, 2002, p. 63). Isso demonstra que no Brasil, classe e raça estão intimamente ligadas.

O Estado brasileiro, por sua vez, tem atendido a algumas reivindicações que partiram de movimentos sociais negros, como fundações culturais e sociais, conselhos estaduais da comunidade negra e a incorporação de símbolos negros ao imaginário popular. Mas no que tange às desigualdades raciais, como distribuição de renda, empregos ou acesso ao serviço público, ainda hoje não foram encontradas soluções definitivas, o que só tem aumentado o ativismo político negro.

O quadro dos negros na mídia brasileira - influências do Movimento

A imprensa que retratava os negros nasce em 1915, com o jornal *O Menelick*, que abriu as portas para outros como *O Clarim da Alvorada*, *O Getulino* e *A Princesa do Norte*. O objetivo principal destas publicações foi integrar o negro na sociedade global (Sodré, 1999). Até a Nova República, estes jornais fizeram de suas páginas o lugar dos protestos contra o preconceito racial, além de incentivarem a educação como meio de ascensão social. Já no período de atuação da Frente Negra Brasileira, na década de 30, a reivindicação política, afirmada pelo direito ao voto dos negros, se fazia presente no jornal *A voz da Raça*.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, a imprensa negra retoma suas ações e publica jornais como *Senzala* e *Alvorada*. A Frente Negra abandona suas reivindicações e se torna um partido político. Depois de 1945, surge a Associação de Negros

⁷ Um grande esforço foi realizado por esses movimentos em termos de afirmação da identidade negra no Brasil, mas Guimarães (2002, p. 61) constata, em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha de 1995, que dos negros em potencial (pardos e pretos), formadores de 40% da população do país, apenas uma minoria aderiu ao apelo racial proposto pelo movimento e apenas 7% da população se identifica como negros ou pretos.



Brasileiros que, sem credibilidade da população, não chega a influenciar nas publicações da época, mais interessadas na conjuntura política do país, mas preocupadas com a posição diferenciada que o negro ocupava na sociedade.

O golpe militar cala a imprensa negra. Mesmo as publicações com baixa tiragem, que pouco duravam até serem descobertas, foram importantes para que se criasse uma "consciência diferenciante, atenta a problemas de socialização e específicos do negro brasileiro" (Sodré, 1999, p. 241).

Antes da década de 80, a maior parte dos jornais de temática negra eram produzidos em São Paulo. A partir daí, passaram a refletir as linhas ideológicas do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, e se espalharam por todo o país. Seus principais assuntos tentavam desmistificar a democracia racial brasileira. Para Sodré (1999, p.242), a existência dessa imprensa foi essencial, quando os discursos sociais, provindos de fontes como a escola, os meios de comunicação, a família e a política, cumpriam função relevante "tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo".

Hoje o processo de informação social se sustenta por meio do discurso e da comunicação. "É todo o processo de socialização que está se transformando pela raiz ao tocar o lugar onde se mudam os estilos de vida. E essa função mediadora é realizada pelos meios de comunicação de massa. Nem a família, nem a escola – velhos redutos da ideologia – são já o espaço chave da socialização" (Barbero, 2003, p.70). Baseados portanto, no discurso midiático (àquele distante do proposto pelos movimentos sociais negros), os receptores⁸ geram padrões de situações étnicas que tomam, na maioria das vezes, formas de comportamento negativo e julgamentos acerca dos grupos minoritários.

O discurso tem ação "nos níveis micro e macro, assim como nos registros da interação e da cognição" (Sodré, 1999, p.243). No nível macro, a mídia assume o papel de gênero discursivo que pode estimular expressões políticas e institucionais acerca das relações inter-raciais, normalmente construídas através de uma tradição "intelectual e elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele".

⁸ Consideramos o receptor como o "sujeito ativo, determinado socioculturalmente e capaz de criar e de negociar os conteúdos das mensagens provenientes dos meios" (Jacks, 1996, p.175).



As representações negativas a respeito dos negros podem ser constatadas através da categoria do imaginário, levando-se em conta que desde o século XIX "o africano e seus descendentes eram conotados" (1999, p. 244), nos setores dominantes "como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre, ou motivos eurocentrados". Hoje, o imaginário racista pode ser reproduzido através do "discurso midiático-popularesco".

Há, ainda, uma clara distinção entre a produção midiática instigada pelos movimentos sociais negros entre as décadas de 30 e 80 e as publicações que vêm surgindo nos últimos anos. A distinção é entre os projetos de comunicação alternativos e as publicações voltadas para o público negro, produzidas pela indústria cultural.

Elaboradas por organizações - como o antigo o *Voz da Raça* (da Frente Negra Brasileira), o jornal do MNU, do Movimento Negro Unificado, ou jornal *Legítima Defesa*, da Unegro -, e marcadas pela experiência da imprensa negra do início do século XX, as primeiras publicações se preocupavam e continuam se preocupando em discutir o racismo em todas as suas manifestações. A velha imprensa, observa Sodré (1999), tinha caráter político, não partidário. Tinha por objetivo expressar os desejos de ascensão ou de integração de um grupo social que carrega estigmas pela cor e a origem escrava. Era uma imprensa estimulada pela luta contra o racismo.

O contexto social do seu surgimento se dá a partir do final dos anos 60, com o movimento chamado Black Soul, que iniciou a discussão, em termos políticos, sobre a identidade racial brasileira. A partir daí, O Movimento Negro emergente começou a atuar intensamente, e com o "fortalecimento de uma consciência etnicista (afirmativa de identidades positivas com a pele negra) junto a jovens, desenvolveram-se em algumas universidades ou à margem delas, grupos de estudos de assuntos negros" (Sodré, 1999, p. 247).

Já a nova imprensa negra se sustenta em argumentos mercadológicos, como na revista *Raça Brasil* (Editora Símbolo) entre outras, visando organizar a população negra como um público consumidor específico. Em termos de discurso, enquanto os primeiros propõem um direcionamento para a luta contra o racismo; os segundos tentam, evidentemente, destacar qualidades estéticas que seriam típicas da população negra.

Mas além de ser visto como um novo "mercado consumidor", o público negro passou a participar da programação midiática conquistando pequenos espaços, quando no começo dos anos 90, alguns negros entraram para a política se elegendendo aos cargos em câmaras de vereadores, assembleias legislativas estaduais e para o Congresso Nacional. A partir daí foram apresentados diversos projetos de lei que defendiam a



proporcionalidade étnica na programação televisiva do país. Também surgiu, na esfera do Governo Federal, a Fundação Palmares, cuja meta é promover a cultura afro-brasileira (Santos, 2004, p.33).

"a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas" (Hall, 2003, p. 338).

O movimento negro está atento ao que os veículos de comunicação veiculam com relação aos afrobrasileiros. Nem sempre essa relação é pacífica e, muitas vezes, chega a influenciar mudanças no conteúdo e tipo de abordagem feita pelos meios de comunicação. A recepção dos conteúdos midiáticos sofrem a influencia direta da mediação étnica, universo de pertencimento ao qual estão ligados os componentes do movimento.

Não há, no Brasil, políticas governamentais decisivas, que pressionem pelas mudanças nesse campo midiático. Como argumenta Conceição (2005), o Estado passa seu papel de regulador para o mercado, que define também o que deve ou não ser transmitido pela mídia, especialmente no que tange ao processo de relações raciais. Nas representações midiáticas "o 'negro' é um diferente já não mais singular, mas idêntico a si mesmo na base de traços idealizados de negritude, onde se minimiza a dimensão política em favor da promoção de uma auto-estima individual, estético-mercadológica" (Sodré,1999,p.255). Como consequência, os instrumentos de informação dão continuidade à histórica discriminação dos afrodescendentes.

Bibliografia

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. Livraria Pioneira Editora: São Paulo, 1976.



CONCEIÇÃO, Fernando. *Mídia e etnicidades: no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Pinheiro. Bauru, Edusc, 1999. Tradução de : La notion de culture dans les sciences sociales.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade* 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais/ Liv Sovik (org)*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

JACKS, Nilda. *Televisión, recepción, identidad: cuestiones e imbricaciones*. In: OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Miradas latinoamericanas a la television*. México: Universidade Iberoamericana, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

POUTIGNAT, Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguido de Grupos étnico e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo. Fundação Editora da Unesp, 1998.

RONSINI, Veneza Mayora. *Sementes Híbridas em Campos Cercados*. In: I Colóquio Interamericano de Ciências da Comunicação: Brasil - Canadá, 2003. Anais. Salvador:UFBA, 04. set. 2003.

SANTOS, João Batista Nascimento dos. *O Negro Representado na Revista Raça Brasil: a estratégia de identidade na mídia étnica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.